



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, ACOMPANHAMENTO PROCESSUAIS JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, EMISSÃO E ELABORAÇÃO DE PARECERES NOS PROJETOS LEGISLATIVOS, ELABORAÇÃO DE RESPOSTAS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA E ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS JUNTO AO TCE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAGUNDES.**

**1.0. DA JUSTIFICATIVA**

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, ACOMPANHAMENTO PROCESSUAIS JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, EMISSÃO E ELABORAÇÃO DE PARECERES NOS PROJETOS LEGISLATIVOS, ELABORAÇÃO DE RESPOSTAS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA E ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS JUNTO AO TCE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAGUNDES** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

**2.0.DO SERVIÇO**

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, A	...	Serviço	4

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.

Fagundes - PB, 12 de agosto de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**WELLINGTON PEREIRA DE SOUZA**  
Diretor Financeiro



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, ACOMPANHAMENTO PROCESSUAIS JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, EMISSÃO E ELABORAÇÃO DE PARECERES NOS PROJETOS LEGISLATIVOS, ELABORAÇÃO DE RESPOSTAS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA E ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS JUNTO AO TCE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAGUNDES.**

**1.0. DA JUSTIFICATIVA**

1.1. Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respetivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Fagundes - PB, 12 de agosto de 2024.

**WELLINGTON PEREIRA DE SOUZA**  
Diretor Financeiro